Revista COOPEX (ISSN:2177-5052)

Acidentes de trabalho no contexto hospitalar: prevenção, direitos e atuação da medicina do trabalho

Accidents at work in hospitals: prevention, rights and the role of occupational medicine

Heloysa Gonçalves de Araújo[1]
Gabriela Pinheiro Gomes[2]
Natália Ribeiro Cruz Santana[3]
Joao Henrique Pires Rodrigues Cordeiro [4]
Tatiane Ribeiro Cruz Santana [5]
Maria Josielly Pessoa Pinheiro [6]
Stéphane Apolinário Landim da Cruz [7]
Thais Parente Bezerra [8]
Raissa Isabelle Alves Dantas[9]
Francisco Henry Guedes Pinheiro[10]

RESUMO: O ambiente hospitalar, apesar de ser um local destinado à promoção da saúde, apresenta diversos riscos ocupacionais que podem levar a acidentes de trabalho. Neste sentido, o presente artigo propõe-se a realizar uma revisão de literatura sobre a temática, buscando compreender a amplitude e as características desses acidentes, bem como as estratégias de prevenção e a importância da Medicina do Trabalho na sua gestão. Os objetivos centrais deste estudo são identificar os principais tipos de acidentes ocorridos em ambiente hospitalar, entender as causas e consequências para os profissionais de saúde e analisar as medidas preventivas adotadas. A metodologia empregada consistiu na revisão de artigos científicos, teses, dissertações e documentos oficiais publicados nos últimos dez anos. Os resultados obtidos indicam que os acidentes mais frequentes estão relacionados com a exposição a materiais biológicos, quedas, e lesões por esforço repetitivo. A prevenção é fundamental e passa pela capacitação contínua dos profissionais, uso adequado de equipamentos de proteção individual e melhorias nas condições de trabalho. A Medicina do Trabalho desempenha um papel crucial na identificação de riscos, promoção de saúde e garantia dos direitos dos trabalhadores. Conclui-se que a atenção aos acidentes de trabalho no contexto hospitalar é essencial para garantir a segurança e o bem-estar dos profissionais de saúde.

Palavras-Chave: Riscos ocupacionais; Segurança hospitalar; Proteção do trabalhador; Saúde ocupacional.

ABSTRACT: The hospital environment, despite being a place designed to promote health, presents various occupational risks that can lead to accidents at work. With this in mind, this article sets out to carry out a literature review on the subject, seeking to understand the scope and characteristics of these accidents, as well as prevention strategies and the importance of occupational medicine in their management. The main objectives of this study are to identify the main types of accidents that occur in hospitals, to understand the causes and consequences for healthcare professionals and to analyze the preventive measures adopted. The methodology used consisted of a review of scientific articles, theses, dissertations and official documents published over the last ten years. The

[1]Graduada em Medicina pela Faculdade Estácio de Medicina de Juazeiro do Norte. E-mail: helo_goncalves123@hotmail.com;
[2]Graduanda em Medicina pela Faculdade Estácio de Medicina de Juazeiro do Norte. E-mail: gabipinheirogomes@hotmail.com;
[3]Graduanda em Medicina pela Faculdade Estácio de Medicina de Juazeiro do Norte. E-mail: nataliacruz.ribeiro@gmail.com;
[4]Graduando em Medicina pela Faculdade Estácio de Medicina de Juazeiro do Norte. E-mail: jhprc@outlook.com;
[5]Graduanda em Medicina pela Faculdade Estácio de Medicina de Juazeiro do Norte. E-mail: tatianeribeirocruz@hotmail.com;
[6]Graduada em Medicina pela Faculdade Estácio de Medicina de Juazeiro do Norte. E-mail: josiellypinheiro@hotmail.com;
[7]Graduanda em Medicina pela Faculdade Estácio de Medicina de Juazeiro do Norte. E-mail: stephane_apolinario@hotmail.com;
[8]Graduanda em Medicina pela Faculdade Estácio de Medicina de Juazeiro do Norte. E-mail: thaispbezerra@hotmail.com;
[9]Graduada em Medicina pela Faculdade Estácio de Medicina de Juazeiro do Norte. E-mail: raissa.isabelle@hotmail.com;
[10]Graduado em Medicina pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: guedes.pinheiro@hotmail.com.

results obtained indicate that the most frequent accidents are related to exposure to biological materials, falls and repetitive strain injuries. Prevention is fundamental and involves the continuous training of professionals, proper use of personal protective equipment and improvements in working conditions. Occupational medicine plays a crucial role in identifying risks, promoting health and guaranteeing workers' rights. In conclusion, attention to occupational accidents in the hospital context is essential to guarantee the safety and well-being of health professionals.

Keywords: Occupational risks; Hospital safety; Worker protection; Occupational health.

1. INTRODUÇÃO

Os hospitais, reconhecidos como centros de excelência na promoção da saúde e no atendimento integral aos pacientes, desempenham um papel fundamental na sociedade. Estes estabelecimentos não são apenas refúgios para aqueles que buscam tratamento e recuperação, mas também representam o local de trabalho diário para uma vasta gama de profissionais. Estes profissionais, que vão desde médicos e enfermeiros até técnicos e pessoal administrativo, dedicam-se incansavelmente para garantir que os pacientes recebam o melhor cuidado possível.

Não obstante, a complexidade das operações hospitalares não pode ser subestimada. A rotina diária em um hospital envolve a utilização e manipulação de uma variedade de equipamentos avançados, o manuseio de substâncias químicas muitas vezes voláteis, a interação com agentes biológicos potencialmente perigosos e, claro, o contato direto e constante com pacientes, cada um com suas próprias necessidades e desafios. Esta combinação de fatores cria um cenário onde os riscos ocupacionais são uma realidade palpável.

Estes riscos ocupacionais, que podem variar desde pequenas contusões ou cortes até exposições a doenças infecciosas, são uma fonte de preocupação constante. E não é apenas a saúde e o bem-estar dos profissionais que estão em jogo. Acidentes e incidentes podem comprometer a qualidade do atendimento ao paciente, resultar em paralisações ou interrupções dos serviços e até mesmo levar a litígios.

Dessa forma, os acidentes de trabalho no contexto hospitalar não são apenas episódios isolados; eles refletem uma questão mais ampla que merece atenção redobrada. Torna-se evidente que a segurança no ambiente hospitalar é uma preocupação que vai além da saúde do paciente, abrangendo também a integridade física e psicológica dos profissionais envolvidos. Esta é uma responsabilidade compartilhada, que exige a atenção tanto dos profissionais da saúde, que estão na linha de frente, quanto dos gestores hospitalares, que têm o dever de garantir um ambiente de trabalho seguro e saudável para todos.

Acidentes de trabalho representam uma das principais preocupações no âmbito laboral, sendo caracterizados por qualquer evento inesperado e não planejado que possa perturbar ou

alterar a rotina padrão de trabalho. Estes incidentes, que surgem de maneira abrupta e muitas vezes imprevisível, têm o potencial de causar danos físicos ou psicológicos ao trabalhador, mesmo que em alguns casos não resultem em lesões visíveis ou imediatas.

Especificamente no contexto hospitalar, a amplitude e a gravidade dos acidentes de trabalho podem ser ainda mais variadas. Enquanto em alguns casos, o profissional pode sofrer pequenas contusões ou cortes devido a um deslize ou descuido, em situações mais graves, ele pode ser exposto a materiais biológicos, como sangue e outros fluidos corporais, que possam estar contaminados com agentes infecciosos. Tais exposições representam riscos significativos, podendo levar a infecções e doenças graves, algumas das quais podem ser potencialmente fatais.

A natureza das atividades realizadas em hospitais amplifica os riscos associados ao trabalho. Os profissionais de saúde frequentemente lidam com procedimentos complexos que exigem precisão e atenção constante. Outrossim, a carga horária muitas vezes prolongada, com turnos que se estendem por horas ininterruptas, pode levar ao cansaço e à fadiga, comprometendo a capacidade de concentração e aumentando a probabilidade de erros e acidentes. Adicionalmente, o contato direto e frequente com pacientes portadores de diversas patologias torna o ambiente hospitalar um local propício para a transmissão de doenças e infecções.

Neste contexto, o presente artigo tem como objetivo principal realizar uma revisão de literatura sobre os acidentes de trabalho no contexto hospitalar, abordando suas causas, consequências e medidas preventivas. Busca-se elucidar os direitos dos trabalhadores acidentados e a atuação da Medicina do Trabalho na prevenção e no tratamento desses acidentes.

A necessidade de compreender a magnitude e as implicações dos acidentes de trabalho no ambiente hospitalar justifica-se pela relevância do tema para a saúde e bem-estar dos profissionais envolvidos. Além das implicações diretas para a saúde do trabalhador, acidentes podem resultar em afastamentos, impactando a dinâmica e a eficiência dos serviços hospitalares. Portanto, entender esse fenômeno é crucial para promover ambientes de trabalho mais seguros e saudáveis.

A discussão sobre acidentes de trabalho no contexto hospitalar é de suma importância, não apenas pela frequência com que ocorrem, mas também pelas consequências que podem acarretar. A promoção de um ambiente de trabalho seguro é um direito fundamental de todos os trabalhadores e, no contexto hospitalar, isso se reflete diretamente na qualidade do atendimento prestado aos pacientes.

Para a elaboração deste artigo, foi realizada uma revisão de literatura, abrangendo artigos científicos, relatórios técnicos e legislação pertinente publicados nos últimos dez anos. Foram consultadas bases de dados nacionais e internacionais, priorizando estudos que abordassem a temática dos acidentes de trabalho em hospitais, as estratégias de prevenção e a atuação da Medicina do Trabalho.

2. ACIDENTES DE TRABALHO NO CONTEXTO HOSPITALAR

Acidentes de trabalho no contexto hospitalar representam uma preocupação significativa tanto para os profissionais de saúde quanto para os gestores desses estabelecimentos. Os hospitais, enquanto ambientes voltados para a promoção da saúde e recuperação de pacientes, são também locais repletos de riscos ocupacionais, dada a natureza intrínseca das atividades desenvolvidas (NUNES et al. 2015).

Para Nunes et al. (2015), entre os incidentes mais recorrentes em ambientes hospitalares, é notável a prevalência de exposições a materiais biológicos. Estes materiais, que incluem sangue, secreções e outros fluidos corporais, carregam o risco de estarem contaminados com agentes infecciosos, representando uma ameaça direta à saúde dos profissionais envolvidos.

Estes agentes podem ser vírus, bactérias ou outros microrganismos que têm o potencial de causar doenças graves. Paralelamente, os cortes e perfurações provocados por objetos pontiagudos, tais como agulhas, bisturis e outros instrumentos médicos, surgem como preocupações constantes. Estes acidentes, muitas vezes, são resultado de práticas inadequadas ou de falta de atenção durante procedimentos médicos (MARTINS; SILVA; CORREIA, 2012).

Contusões, queimaduras e quedas também são incidentes comuns. Estas situações podem ser decorrentes do manuseio impróprio de equipamentos, falhas em sistemas de segurança ou mesmo deslocamentos apressados e desatentos dentro das unidades hospitalares. Tais ocorrências reforçam a necessidade de treinamento contínuo e de conscientização sobre a importância da segurança no ambiente hospitalar (MARTINS; SILVA; CORREIA, 2012)

Segundo Santos et al. (2017), os acidentes em ambientes hospitalares são influenciados por uma série de fatores, muitos dos quais estão interligados e se potencializam mutuamente. Primeiramente, é importante considerar a complexidade inerente às tarefas realizadas nesses locais. Procedimentos médicos e de enfermagem, por sua natureza, demandam uma precisão meticulosa e uma atenção ininterrupta, o que, por si só, já constitui um desafio. Quando somamos a isso uma carga horária extensa, frequentemente caracterizada por jornadas prolongadas e turnos rotativos, o cenário se torna ainda mais desafiador. Estas condições podem

resultar em exaustão física e mental dos profissionais, diminuindo sua capacidade de foco e discernimento e, consequentemente, elevando a chance de ocorrência de falhas.

Além disso, a preparação e capacitação dos profissionais desempenham um papel crucial na prevenção de acidentes. A ausência de treinamento adequado, seja ele inicial ou contínuo, pode deixar lacunas no conhecimento e habilidades dos trabalhadores, tornando-os mais vulneráveis a erros. Paralelamente, a disponibilidade e a qualidade dos equipamentos de proteção individual (EPIs) são fundamentais. A escassez desses equipamentos, ou mesmo o uso inadequado, seja por desconhecimento ou negligência, ampliam significativamente os riscos associados às atividades hospitalares (SANTOS JUNIOR et al., 2015)

Não se pode ignorar a pressão do ambiente hospitalar, que muitas vezes exige que os profissionais atendam a um volume elevado de pacientes em períodos de tempo reduzidos. Esta demanda, especialmente em situações de emergência ou em unidades superlotadas, pode levar a decisões apressadas e ações menos cautelosas, contribuindo ainda mais para a ocorrência de acidentes. Em suma, a interação desses fatores cria um cenário onde a atenção à segurança e ao bem-estar dos profissionais é de suma importância (SANTOS JUNIOR et al., 2015).

As consequências dos acidentes de trabalho para os profissionais de saúde vão além das lesões físicas imediatas. A exposição a materiais biológicos, por exemplo, pode levar à contaminação por doenças como HIV, hepatites B e C, entre outras, resultando em quadros clínicos graves e, em alguns casos, crônicos. Além das implicações físicas, os acidentes podem ter impactos psicológicos, levando a quadros de ansiedade, estresse e até mesmo depressão. O trauma de um acidente pode gerar medo e insegurança, afetando a autoestima do profissional e sua capacidade de desempenhar suas funções (CARVALHO et al., 2017).

Carvalho et al. (2017) complementam ao afirmar que, em longo prazo, isso pode resultar em afastamentos temporários ou definitivos, comprometendo a carreira do profissional e impactando a dinâmica e eficiência dos serviços hospitalares. Portanto, é imperativo que medidas preventivas sejam constantemente revisadas e implementadas, visando minimizar os riscos e garantir um ambiente de trabalho seguro e saudável para todos os envolvidos.

3. PREVENÇÃO DE ACIDENTES HOSPITALARES

A segurança no ambiente hospitalar é um tema que vai além da proteção dos profissionais que ali atuam. Ela é intrinsecamente ligada à qualidade e eficácia dos serviços prestados, impactando diretamente na recuperação e bem-estar dos pacientes. Dessa forma, a

prevenção de acidentes hospitalares torna-se uma prioridade não apenas para os gestores e profissionais de saúde, mas para toda a sociedade.

Dentro desse cenário, a adoção de medidas preventivas e a implementação de protocolos de segurança são ações fundamentais. Estes protocolos são desenvolvidos com base em estudos e análises detalhadas das rotinas hospitalares, identificando potenciais riscos e estabelecendo diretrizes claras para sua mitigação. Os procedimentos operacionais padrão, por exemplo, são documentos que detalham, passo a passo, como determinada tarefa ou procedimento deve ser executado, garantindo que seja realizada de forma padronizada e segura por todos os profissionais envolvidos (LEVESON et al., 2020).

Uma das estratégias mais eficazes na prevenção de acidentes é o treinamento e a conscientização dos profissionais de saúde. Através de cursos, workshops e simulações, os profissionais são capacitados para reconhecer situações de risco, tomar decisões informadas e agir de maneira segura em diferentes cenários

A conscientização, por sua vez, envolve a promoção de uma cultura de segurança, onde cada membro da equipe reconhece sua responsabilidade individual e coletiva na prevenção de acidentes. Esta abordagem colaborativa e proativa é essencial para garantir que os protocolos de segurança sejam seguidos de maneira consistente e eficaz (GARBACCIO et al., 2015).

Nesse contexto, o treinamento e a conscientização desempenham um papel vital, mas, por si só, não são suficientes. A proteção física proporcionada pelos equipamentos de proteção individual (EPIs) é um componente indispensável nesse ecossistema de segurança. Os EPIs são ferramentas projetadas especificamente para proteger o profissional de saúde contra riscos que podem ameaçar sua segurança e saúde durante o exercício de suas funções (GARBACCIO et al., 2015).

Estes equipamentos, que abrangem itens como luvas, máscaras, óculos de proteção, aventais e protetores auriculares, atuam como escudos, defendendo o usuário de agentes infecciosos, produtos químicos, ruídos excessivos e outros perigos presentes no ambiente hospitalar (BALTHAZAR et al., 2017).

No entanto, a mera presença desses equipamentos não é garantia de proteção. É imperativo que os EPIs sejam fabricados seguindo padrões rigorosos de qualidade, garantindo sua eficácia contra os riscos específicos para os quais foram projetados. Além disso, sua conservação é essencial. Equipamentos danificados, mesmo que minimamente, podem perder sua eficácia e colocar o profissional em risco (BALTHAZAR et al., 2017)

A correta utilização dos EPIs também é um ponto-chave. Um equipamento mal ajustado ou utilizado de forma inadequada pode comprometer sua função protetora. Por isso, os hospitais

e instituições de saúde têm o dever de não apenas fornecer os EPIs necessários, mas também de promover treinamentos regulares que orientem os profissionais sobre como usar, ajustar, armazenar e, quando necessário, descartar esses equipamentos (PEREIRA; GAMA; RICARDO, 2015).

Além dos treinamentos, é importante que os hospitais estabeleçam e reforcem protocolos claros relacionados ao uso de EPIs, incentivando uma cultura de segurança onde a proteção individual é vista como uma prioridade por todos (ARAGÃO et al., 2019).

4. DIREITOS DOS TRABALHADORES ACIDENTADOS

A integridade física e mental dos trabalhadores é um pilar essencial para a construção de uma sociedade justa e equilibrada. Quando essa integridade é comprometida devido a acidentes ou doenças relacionadas ao ambiente de trabalho, é imperativo que existam mecanismos legais que assegurem a proteção e a compensação adequada a esses indivíduos. Nesse contexto, a legislação brasileira desempenha um papel crucial.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a Lei de Benefícios da Previdência Social são instrumentos legais que estabelecem um conjunto de diretrizes e normativas voltadas para a proteção dos direitos dos trabalhadores acidentados. Estas leis não apenas definem o que é considerado um acidente de trabalho, mas também delineiam as responsabilidades e obrigações tanto dos empregadores quanto dos empregados em tais circunstâncias (BRASIL, 1943; BRASIL, 1991).

Um dos direitos mais significativos garantidos por essa legislação é a estabilidade no emprego. Isso significa que, após sofrer um acidente de trabalho, o empregado não pode ser demitido sem justa causa por um período de 12 meses. Esta medida visa proporcionar ao trabalhador o tempo e a segurança necessários para sua recuperação, sem o temor de perder sua fonte de renda (BRASIL, 1943; BRASIL, 1991).

A legislação assegura o recebimento de auxílio-doença acidentário. Esse benefício é destinado a compensar o trabalhador pelos dias em que estiver impossibilitado de exercer suas funções devido ao acidente. O valor deste auxílio é calculado com base no salário do empregado e pode ser recebido até que ele esteja apto a retornar ao trabalho ou até que seja reclassificado para outro tipo de benefício (BRASIL, 1943; BRASIL, 1991).

Em situações mais extremas, onde o acidente resulta em uma incapacidade permanente que impede o trabalhador de continuar exercendo suas atividades, a legislação prevê a

possibilidade de aposentadoria por invalidez. Este é um benefício vitalício, que garante uma renda contínua ao trabalhador e sua família.

Além dos benefícios previdenciários, o trabalhador acidentado pode ter direito a processos de indenização e compensação. Se comprovada a negligência ou omissão do empregador em relação às normas de segurança e saúde no trabalho, o trabalhador pode buscar indenizações por danos morais e materiais na Justiça do Trabalho. Estas indenizações visam compensar o trabalhador pelos prejuízos sofridos, sejam eles físicos, psicológicos ou financeiros, e servem também como um mecanismo de responsabilização e incentivo para que as empresas invistam continuamente em segurança no trabalho.

Nesse contexto, o registro e a comunicação imediata do acidente emergem como etapas cruciais no manejo dessas situações. A Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) é o instrumento oficial utilizado para notificar tais ocorrências. Através dela, é possível documentar detalhadamente o evento, desde a descrição do acidente até as consequências para o trabalhador (GONÇALVES et al., 2018).

Este registro não é apenas uma formalidade burocrática, mas sim uma ferramenta essencial para garantir que o trabalhador tenha acesso a todos os seus direitos, tanto no âmbito previdenciário quanto trabalhista. Por exemplo, dependendo da gravidade do acidente, o trabalhador pode ter direito a afastamentos remunerados, tratamentos médicos especializados e até mesmo indenizações (GONÇALVES et al., 2018).

Ainda segundo Gonçalves et al. (2018), além da proteção dos direitos do trabalhador, a CAT desempenha um papel fundamental na prevenção de futuros acidentes. Ao comunicar o acidente às autoridades competentes, como o Ministério do Trabalho e Previdência Social, cria-se a oportunidade para que estas entidades atuem diretamente na investigação das causas do evento.

Esta análise aprofundada pode revelar falhas em processos, equipamentos defeituosos ou mesmo a necessidade de treinamentos adicionais para os colaboradores. Com base nesses insights, medidas corretivas podem ser implementadas, tornando o ambiente de trabalho mais seguro e minimizando a chance de recorrência de acidentes similares.

5. ATUAÇÃO DA MEDICINA DO TRABALHO

A Medicina do Trabalho, reconhecida como uma especialidade médica de grande relevância, tem como principal objetivo a promoção e a salvaguarda da saúde dos trabalhadores. Esta especialidade não se limita apenas ao tratamento de doenças ou lesões já existentes, mas

enfatiza fortemente a prevenção, buscando minimizar ou eliminar os riscos associados às atividades laborais e ao ambiente de trabalho. Nesse cenário, o médico do trabalho emerge como uma figura central, atuando como um verdadeiro guardião da saúde ocupacional.

Este profissional, altamente capacitado, é encarregado de avaliar minuciosamente a capacidade laboral dos trabalhadores, considerando tanto aspectos físicos quanto psicológicos. Através de exames periódicos e avaliações detalhadas, ele é capaz de identificar potenciais riscos ocupacionais, sejam eles imediatos ou que possam se manifestar a longo prazo. Com base nessa análise, o médico do trabalho elabora e implementa estratégias específicas para prevenir doenças e acidentes relacionados ao ambiente laboral, garantindo que os trabalhadores estejam sempre em condições ótimas para desempenhar suas funções.

Todavia, a atuação desse profissional não se restringe apenas à identificação e prevenção de riscos. Ele também desempenha um papel educativo fundamental, orientando os trabalhadores sobre as melhores práticas para manter sua saúde e segurança no trabalho. Isso inclui a correta utilização de equipamentos de proteção individual, a importância de pausas regulares para evitar a fadiga, e a adoção de posturas ergonômicas, entre outras medidas. O médico do trabalho atua em estreita colaboração com outros profissionais, como engenheiros de segurança e psicólogos organizacionais, formando uma equipe multidisciplinar que busca criar um ambiente de trabalho mais seguro, saudável e produtivo.

A Medicina do Trabalho, em sua essência, visa garantir a saúde e a segurança dos trabalhadores, e, para isso, faz uso de diversas ferramentas e programas específicos. Um dos pilares dessa atuação é a implementação de programas que se concentram na prevenção de riscos e na promoção da saúde no ambiente laboral. Nesse contexto, o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) surge como uma iniciativa fundamental (SALIBA, 2021).

O PPRA não é apenas um documento ou um protocolo, mas sim um conjunto de ações estratégicas que buscam mapear e controlar os riscos inerentes a cada ambiente de trabalho. Estes riscos podem ser de natureza física, como ruídos, temperaturas extremas e radiações; químicos, como a exposição a substâncias tóxicas ou gases nocivos; ou biológicos, como a exposição a agentes patogênicos (SALIBA, 2021).

A elaboração do PPRA começa com uma análise minuciosa do ambiente laboral. Esta análise envolve a observação direta das atividades, entrevistas com os trabalhadores e a coleta de amostras, quando necessário. O objetivo é compreender a fundo as particularidades de cada atividade, identificando não apenas os riscos evidentes, mas também aqueles que podem não ser imediatamente perceptíveis (SALIBA, 2021).

Após essa fase de diagnóstico, o programa propõe medidas de controle e mitigação. Estas podem incluir a adoção de equipamentos de proteção individual, a reestruturação de processos, a instalação de sistemas de ventilação ou filtragem, entre outras intervenções. Ademais, o PPRA também enfatiza a importância da educação e da formação contínua dos trabalhadores, garantindo que eles estejam cientes dos riscos e das melhores práticas para se protegerem (ANDRADE JÚNIOR; REIS, 2016).

É importante ressaltar que o PPRA é um documento vivo, que deve ser revisado e atualizado periodicamente. As condições de trabalho, as tecnologias e os riscos evoluem, e o programa deve acompanhar essas mudanças, adaptando-se constantemente para garantir a máxima proteção aos trabalhadores (ANDRADE JÚNIOR; REIS, 2016).

Enquanto o PPRA foca nos riscos ambientais do ambiente laboral, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) centra-se diretamente na saúde do trabalhador, atuando de maneira complementar ao PPRA. O PCMSO é uma iniciativa que busca monitorar e preservar a saúde dos colaboradores em relação aos riscos aos quais estão expostos em suas atividades profissionais (REIS; KITAMURA, 2016).

Este programa estabelece um conjunto de procedimentos e diretrizes para a realização de exames médicos, que podem variar desde exames admissionais - realizados quando o trabalhador ingressa na empresa - até exames periódicos, que ocorrem em intervalos regulares durante o período em que o indivíduo está empregado. Além destes, o programa também prevê exames de retorno ao trabalho, após licenças médicas, e de mudança de função, garantindo que o trabalhador esteja apto para a atividade que irá desempenhar (REIS; KITAMURA, 2016).

O grande objetivo do PCMSO é a detecção precoce de qualquer sinal ou sintoma que possa indicar uma alteração na saúde do trabalhador e que possa estar diretamente relacionado ao seu ofício. Ao identificar essas alterações em estágios iniciais, é possível intervir de maneira mais eficaz, evitando a progressão de doenças ou condições adversas.

Mas o PCMSO não se limita apenas à detecção de problemas. Ele também estabelece medidas preventivas, que podem incluir desde a recomendação de uso de equipamentos de proteção individual até a readequação de postos de trabalho. Além disso, em casos em que são identificadas alterações na saúde do trabalhador, o programa garante que este receba todo o suporte e acompanhamento médico necessário, seja através de tratamentos, terapias ou, em casos mais graves, o afastamento temporário da atividade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente artigo, abordou-se a complexidade e a relevância dos acidentes de trabalho no contexto hospitalar, temática que, apesar de sua importância, frequentemente é relegada a segundo plano nas discussões sobre saúde ocupacional. Hospitais, reconhecidos como espaços de cura e cuidado, configuram-se também como cenários de riscos ocupacionais, os quais podem comprometer a saúde e o bem-estar dos profissionais que neles desempenham suas funções.

A prevenção de tais acidentes não se configura apenas como uma questão de cumprimento legal, mas também como um imperativo ético. Estratégias de prevenção, tais como o PPRA e o PCMSO, têm demonstrado eficácia quando adequadamente implementadas e monitoradas, contribuindo de maneira significativa para a redução dos riscos e para a promoção de um ambiente de trabalho mais seguro.

Adicionalmente, destaca-se a importância de reconhecer e assegurar os direitos de trabalhadores acidentados. A legislação vigente, considerada robusta, mostra-se efetiva quando devidamente conhecida e aplicada, assegurando que os profissionais obtenham o suporte e a compensação adequados em situações de acidentes.

A Medicina do Trabalho, em sua abordagem multidisciplinar, configura-se como elemento essencial na promoção da saúde ocupacional. A atuação do médico do trabalho não se limita ao diagnóstico e tratamento, mas também engloba a educação e orientação, desempenhando papel fundamental na promoção de ambientes laborais mais seguros e saudáveis.

Conclui-se que os acidentes de trabalho no contexto hospitalar representam uma realidade que exige atenção contínua, pesquisa e ação integrada. Por meio da prevenção, do reconhecimento dos direitos dos trabalhadores e da atuação da Medicina do Trabalho, vislumbra-se a construção de um cenário no qual os profissionais de saúde desempenhem suas atividades com a segurança e dignidade necessárias.

REFERÊNCIAS

ANDRADE JÚNIOR, O. G. de; REIS, O. H. B. PPRA–PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS. In: **II Congresso Internacional do Grupo** Unis. Fundação de Ensino e Pesquisa do Sul de Minas, 2016.

ARAGÃO, J. A. et al. Exposição ocupacional a fluidos biológicos em acidentes com perfurocortantes na equipe de enfermagem hospitalar. **Enfermagem em Foco**, v. 10, n. 1, 2019.

BALTHAZAR, M. A. P. et al. Gestão dos riscos ocupacionais nos serviços hospitalares: uma análise reflexiva. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, v. 11, n. 9, p. 3482-3491, 2017.

CARVALHO, D. C. de et al. Acidentes de trabalho com material biológico na equipe de enfermagem de um hospital do Centro-Oeste brasileiro. **Escola Anna Nery**, v. 22, 2017..

GARBACCIO, J. L. et al. Acidentes ocupacionais com a equipe de enfermagem da atenção hospitalar. **Cogitare Enfermagem**, v. 20, n. 1, p. 146-152, 2015.

GONÇALVES, S. B. B. et al. Prevalência e fatores associados aos acidentes de trabalho em uma indústria metalmecânica. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 16, n. 1, p. 26-35, 2018.

LEVESON, N. et al. A systems approach to analyzing and preventing hospital adverse events. **Journal of Patient Safety**, v. 16, n. 2, p. 162-167, 2020.

MARTINS, M. D. da S.; SILVA, Norberto A. P. da; CORREIA, T. I. G. Accidents at work and its impact on a hospital in Northern Portugal. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 20, p. 217-225, 2012..

NUNES, C. et al. Comparison of different methods for work accidents investigation in hospitals: a Portuguese case study. **Work**, v. 51, n. 3, p. 601-609, 2015.

PEREIRA, J. M. D. A.; GAMA, N. B.; RICARDO, E. V. Ocorrência de acidentes com materias perfurocortantes com enfermeiros no ambiente hospitalar. **Biológicas & Saúde**, v. 5, n. 18, 2015.

REIS, F. R. D.; KITAMURA, S. O controle estatal em saúde e segurança no trabalho e a auditoria do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. **Rev Bras Med Trab**, v. 14, n. 1, p. 52-9, 2016.

SALIBA, T. M. **Manual prático de avaliação e controle do ruído: PPRA**. LTr Editora, 2021.

SANTOS JUNIOR, E. P. et al. Acidente de trabalho com material perfurocortante envolvendo profissionais e estudantes da área da saúde em hospital de referência. **Revista Brasileira de Medicina do trabalho**, v. 2, n. 13, p. 69-75, 2015.

SANTOS, S. V. M. dos et al. Work accidents and self-esteem of nursing professional in hospital settings. **Revista latino-americana de enfermagem**, v. 25, 2017.